

Ameaça à democracia

A autonomia política do Distrito Federal é conquista de sua população e direito elementar da cidadania. Querer revogá-la em nome do aprimoramento da representação democrática, como sugere proposta do TSE, é contradição absolutamente insustentável.

O relatório em questão, produzido a título de sugestões para uma reforma política, constata que há excesso de representação política no Congresso Nacional. E propõe, entre outras coisas, o enxugamento genérico das bancadas na Câmara e no Senado. Até aí, tudo bem.

O que não faz o menor sentido — e mais uma vez busca lançar injustamente às costas de Brasília as mazelas e os excessos da vida pública brasileira — é suprimir a autonomia da capital da República pela simples circunstância de que aqui é a capital da República.

Brasília possui cerca de dois milhões de habitantes. Fora do eixo Rio-São Paulo, é o patamar populacional mais elevado do país, equivalente ao de suas maiores capitais. Por que razão Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza e Salvador podem desfrutar de representação e autonomia político-administrativas e Brasília não?

Algumas das maiores cidades do mundo desenvolvido, como Londres e Paris, convi-

vem, sem qualquer problema, com a dupla condição de capital nacional e unidade política autônoma. A representatividade e autonomia política têm uma finalidade fundamental: encaminhar e gerenciar interesses e aspirações da comunidade, que, com seus impostos, sustenta o aparelho administrativo do Estado.

Quando concebida originalmente, Brasília seria pouco mais que um bairro destinado a abrigar a estrutura burocrática federal e o corpo diplomático internacional. Projetava-se que teria, no ano 2000, no máximo 500 mil habitantes. Nesses termos, seria apenas um quintal do Estado. A previsão, porém, não se cumpriu.

A cidade extrapolou a prancheta de seus criadores e adquiriu vida própria. Cumpre fielmente sua destinação de sede da República, mas há muito deixou de ser apenas a periferia do poder. Tornou-se metrópole, cujos problemas exigem dedicação exclusiva. Não faz sentido que volte a ser governada por uma comissão do Senado Federal, cujos titulares estão absorvidos por problemas de sua base estadual e integram a população fluente da cidade.

Suprimir a autonomia de Brasília é retrocesso político e agressão gratuita à sua população. Não é proposta justa, bem adequada. E fere fundamento básico da demo-